

O CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO CATÓLICO DIANTE DA SINODALIDADE

The Christianity of Catholic Liberation in the Face of Synodality
El cristianismo de la liberación católica frente a la sinodalidad

José Roberto da Silva¹ e Zélia Cristina Pedrosa do Nascimento²

RESUMO: O presente artigo tem como tema: “o Cristianismo da Libertação católico diante da sinodalidade” as motivações para a presente pesquisa se dá pelo fato de entender que a sinodalidade, quanto a religiosidade popular, são duas balizas evidentes na construção da fé do povo da América Latina, em especial do Brasil. Objetiva fazer uma análise da dimensão da sinodalidade enquanto evento e meio da Igreja Católica por meio de seus bispos, realizar um processo de conhecimento do chão de seu povo e assim criar caminhos para o processo de evangelização dos povos da América latina bem dentro do contexto de cada povo. A dimensão da sinodalidade da Igreja vem desde a época dos apóstolos, os quais, reunidos decidiam quais eram as prioridades da pregação do evangelho. Nascida na década de 1970 na América Latina, a Teologia da Libertação, se configura como uma das grandes correntes teológicas que entendem e aplicam o Cristianismo bem dentro de uma ótica social, para o continente. Entendo dessa forma pode-se aplicar esse pensamento como Cristianismo da Libertação, que se configura numa perspectiva de entendimento do Cristianismo dentro de uma visão mais voltada para as crenças populares que perfazem grande parte da religiosidade do povo latino-americano, que por sua vez, não dependem da autoridade da Igreja para desenvolver suas práticas e devoções populares. Antes, elas nascem do chão da fé do povo em sua localidade e perfazem o jeito de ser e viver a fé do povo simples em suas crenças e devoções.

Palavras-chave: Sinodalidade. América Latina. Fé. Crenças. Cristianismo da libertação.

Abstract: The present article has as its theme: "Catholic Liberation Christianity in the face of synodality" the motivations for the present research is given by the fact that it understands that synodality, as for popular religiosity, are two evident beacons in the construction of the faith of the people of America Latin America, especially Brazil. It aims to analyze the dimension of synodality as an event and medium of the Catholic Church through its bishops, carry out a process of knowledge of the ground of its people and thus create paths for the process of evangelization of the peoples of Latin America well within the context of each people. The dimension of the Church's synodality dates back to the time of the apostles, who, together, decided what were the priorities for preaching the gospel. Born in the 1970s in Latin America, Liberation Theology is one of the great theological currents that understand and apply Christianity well within a social perspective, for the continent. I understand this way, this thought can be applied as Liberation Christianity, which is configured in a perspective of understanding Christianity within a vision more focused on the popular beliefs that make up a large part of the religiosity of the Latin American people, which in turn, they do not depend on the authority of the Church to develop their popular practices and devotions. Rather, they are born from the faith of the people in their locality and make up the way of being and living the faith of the simple people in their beliefs and devotions.

¹ Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ. Doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

² Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Recebido em 10/06/2021; aceito em 01/04/2022 e publicado em 08/10/2022

Keywords: Synodality. Latin America. Faith. beliefs. Liberation Christianity

Resumen: El presente artículo tiene como tema: “El cristianismo católico de liberación frente a la sinodalidad” las motivaciones de la presente investigación están dadas por entender que la sinodalidad, al igual que la religiosidad popular, son dos faros evidentes en la construcción de la fe. de los pueblos de América Latina, especialmente Brasil. Pretende analizar la dimensión de la sinodalidad como evento y medio de la Iglesia Católica a través de sus obispos, realizar un proceso de conocimiento de la tierra de su pueblo y así crear caminos para el proceso de evangelización de los pueblos de América Latina bien dentro de el contexto de cada pueblo. La dimensión de la sinodalidad de la Iglesia se remonta a la época de los apóstoles, quienes, juntos, decidían cuáles eran las prioridades para la predicación del evangelio. Nacida en la década de 1970 en América Latina, la Teología de la Liberación es una de las grandes corrientes teológicas que entienden y aplican bien el cristianismo en una perspectiva social, para el continente. Entiendo así, este pensamiento puede ser aplicado como Cristianismo de Liberación, el cual se configura en una perspectiva de entender el cristianismo dentro de una visión más centrada en las creencias populares que conforman gran parte de la religiosidad de los pueblos latinoamericanos, que a su vez, no dependen de la autoridad de la Iglesia para desarrollar sus prácticas y devociones populares. Más bien, nacen de la fe de la gente de su localidad y configuran el modo de ser y vivir la fe de la gente sencilla en sus creencias y devociones

Palabras clave: sinodalidad. América Latina. Fe. creencias. El cristianismo de la liberación

INTRODUÇÃO

O Cristianismo desde a sua fundação é uma religião que sempre teve a diversidade como uma de suas marcas principais. Assim sendo, historicamente, sempre teve a necessidade de se fazer concílios para a determinar e colocar em comum algumas linhas de o pensamento, no que se refere a doutrina, que fala sobre a natureza de Jesus, a comunhão da Igreja, dentre outros temas que perfaziam a vida cristã.

A sinodalidade que é mais conhecida como a reunião dos bispos, tem uma função não só doutrinária, mas sobretudo, sobre debates pastorais, os quais recém ser analisados e debatidos por toda a igreja. O sínodo dos bispos é a ocasião em que se reúnem para também fazerem uma agenda, ou seja, definir quais são as prioridades pastorais para igreja, nos próximos anos, com relação aos seus objetivos pastorais e de sua relação mais aberta e direta com a sociedade.

A sociedade é um dos campos de ação da Igreja e deve ser estar sempre presente nos debates eclesiais. Tendo uma visão que venha a contribuir para o desenvolvimento social, por meio da visão social, tendo o evangelho e a pessoa de Jesus como referência de suas ações norteadoras.

Sabe-se que um dos primeiros sínodos da Igreja se deu ainda na época apostólica, momento em que, se deu o Concílio de Jerusalém, em que todos os apóstolos reunidos vieram a tratar da ação

da igreja cristã nascente, sobre algumas questões que perfaziam a necessidade evangelizadora da Igreja

A Sinodalidade é então, uma forma da Igreja ter uma visão mais panorâmica de sua evangelização, no tocante a conhecer como está a sociedade e suas demandas e necessidades, tendo sempre uma palavra do conteúdo da salvação das almas e de vida em plenitude para todos.

O resultado obtido na linha de pesquisa foi de que a sinodalidade tem a função de conhecer a realidade e elaborar planos de ação que visem uma melhor atuação pastoral da Igreja no continente latino-americano. A Crença e religiosidade presentes na América Latina, perfazem a vida de fé do povo de uma forma geral, e essas manifestações de fé se encontram independente da autoridade eclesial da Igreja, uma vez que, nascem no seio popular e se manifestam de forma espontânea.

2. A SINODALIDADE E A IGREJA

2.1 A IMPORTÂNCIA DO SÍNODO

A Sinodalidade é uma necessidade eclesial, em que, a Igreja a faz de tempos em tempos para avaliar como está sendo realizado a ação pastoral e evangelizadora. Nesse sentido, se faz necessário um processo de conhecimento da realidade, para se ter uma visão ampla das necessidades e assim, traçar planos e metas para ação pastoral.

Para se saber o que é um sínodo é importante entender qual a sua função. Nesse sentido, se pode dizer que:

O ministério pastoral de Francisco só pode ser compreendido no contexto mais amplo do processo de renovação/reforma eclesial desencadeado pelo Concílio Vaticano II e dinamizado pela Igreja latino-americana. Ele pode mesmo ser caracterizado como retomada e aprofundamento desse processo. Não por acaso, é comum se referir a Francisco e seu ministério pastoral como uma “nova primavera eclesial”: expressão usada nos anos de 1960 para indicar o significado de João XXIII e do Concílio na vida da Igreja; expressão usada atualmente para indicar a novidade de Francisco e seu projeto pastoral em relação ao que se convencionou chamar na Europa “inverno eclesial”, cuja tradução nordestina mais adequada seria “seca eclesial”. Daí a importância e necessidade de retomar o processo de renovação/reforma conciliar da Igreja para se compreender adequadamente o sentido e o alcance teológico-pastorais do que Francisco designa com as expressões “sinodalidade” e/ou “Igreja sinodal (JÚNIOR, 2022, p. 10).

A sinodalidade é um dos pontos fortes do pontificado do Papa Francisco, que tem em seu governo uma visão pode-se dizer reformista, no que se refere a alguns pontos importantes da vida eclesial e pastoral. Ele tem motivado a igreja para essa prática, em que percebe a necessidade de que o colegiado dos bispos esteja trabalhando de forma cada vez mais colegial.

Segundo Júnior (2022) no período em que completa 50 anos do Concílio Vaticano II, o Papa Francisco faz uma retomada bastante significativa dos documentos conciliares, dando uma possibilidade de se debater a questão da sinodalidade. Assim procedendo, dá continuidade a questão

da reforma da igreja, a qual, não é tão bem aceita, e sofre algumas resistências. Essa retomada faz com que a Igreja possa se debruçar no debate mais profundo que é justamente ter uma visão mais profunda da Igreja e de qual é a sua missão no mundo.

O Concílio Vaticano II é visto como uma fonte primordial para que se entenda e se desenvolva a dimensão da sinodalidade na Igreja, uma vez que por meio de seus documentos em especial, a *Lumen Gentium* e a *Gaudium et Spes*, se pode ter uma visão de como a Igreja renovou sua estrutura interna, e como ela se relaciona com a sociedade moderna (BOFF, 2022). Por isso esses dois documentos são essenciais, no que diz respeito a dimensão pastoral e social da igreja no mundo moderno.

É importante que se aprofunde esse tema em especial nos dias de hoje, para que se tenha uma aplicação melhor no que diz respeito a colegialidade, comunhão e ligação da Igreja nos dias de hoje. Apesar de o termo sinodalidade não aparecer nos documentos do Vaticano II. Porém, existe algumas perspectivas de interpretação que podem falar sobre esse tema nos documentos conciliares.

Embora as expressões “sinodalidade” e “Igreja sinodal” não apareçam nos debates e textos conciliares, têm aí sua fonte e seu fundamento. Elas surgiram e foram ganhando espaço no processo de recepção conciliar, particularmente no que se refere à revalorização e à retomada de assembleias e dinâmismos sinodais. O substantivo “sinodalidade” e o adjetivo “sinodal” derivam da palavra “sínodo” que significa literalmente “caminhar juntos”. Seu significado eclesial é marcado por uma tensão entre um duplo aspecto, cujo sentido e cuja dimensão variam muito de abordagem para abordagem. Por um lado, indica tanto evento eclesial (sínodo) quanto dinamismo eclesial (sinodalidade). Por outro lado, quanto à sua abrangência, refere-se tanto ao episcopado (sínodo dos bispos – colegialidade episcopal) quanto ao povo de Deus em sua totalidade (sínodo eclesial – comunhão e corresponsabilidade eclesiais) (JÚNIOR, 2022, p. 16).

A expressão sinodalidade, esteve presente no amplo debate que se deu no Vaticano II, embora não se tenha uma escrita literal da palavra nos documentos. Esse termo veio ganhar notoriedade, quando as discussões sobre sinodalidade se faziam bastante presente nos debates que se faziam sobre a nova forma de ser da Igreja, o termo sínodo tem por entendimento, estar juntos, então dessa forma pode-se dizer que essa palavra estava no centro do que era abordado. O termo ainda significa dois aspectos sínodo no sentido de reunião de bispos; por outro lado, apresenta-se como abrangência e colegialidade.

De acordo com Júnior (2022) diante do exposto, é que se pode entender a questão da complexidade com que esse termo pode expressar diante da vivência eclesial, pois existe quem possa fazer restrição apenas a reunião dos bispos, ou a sua operação e existem ainda pessoas que enfocam o termo na qualidade do dinamismo e da natureza da Igreja. E ainda existem pessoas que possa

conferir o significado de ser algo bem mais amplo e profundo, ou seja, um caminhar com o povo de Deus.

O SÍNODO E SEU ENTENDIMENTO

Diante de tantas expressões que podem significar a mesma coisa, o que se pode perceber é que o termo sinodalidade, possui uma força no ser e fazer da Igreja e que é algo que denota uma importância no ponto de vista do planejamento, metas, ações e aplicações que devem ser feitas na Igreja, com o intuito de buscar melhorar a sua ação evangelizadora junto ao povo de Deus.

Vale lembrar que o primeiro Sínodo da Igreja, se dá justamente no período em que os apóstolos tinham uma decisão a ser tomada com relação ao processo de evangelização e tiveram que se reunir para tomar uma decisão sobre assunto:

A primeira experiência começou com o Concílio de “Jerusalém” no ano 49 (cf. At 15,6-29). Apóstolos e presbíteros reuniram-se com a comunidade para tratar da questão levantada em Antioquia. A decisão foi comunicada a Igreja de Antioquia por meio de uma carta (At 15,22). Em vários outros relatos, é possível constatar as diversas formas de colegialidade, de assembleias reunidas para tratar e resolver assuntos locais tendo a participação dos diferentes membros da comunidade [...] (SOUZA, 2022, p. 22).

Como se pode perceber as razões da realização de um Sínodo tem uma função específica de tratar dos assuntos referentes a forma ou as prioridades de razões sempre particulares de cada dimensão espaço eclesial ou Igreja local. Assim sendo, e percebe a forma como deve ser vivida a colegialidade das comunidades cristãs representadas por suas igrejas locais.

Segundo Souza (2022) a escrita do termo Sínodo já insere no caminho um entendimento dinâmico, ao mesmo tempo que construtivo. Em Mt 18,20, é muitas vezes citado para mencionar a Igreja na qualidade de uma sinfonia, bem como para protótipo de consenso e concórdia a ser promovido. A Igreja na visão de Santo Inácio é uma localidade onde os conviventes do dia a dia são todos do sínodo.

A Igreja no Brasil tendo como representação a CNBB, teve a iniciativa de oferecer uma visão mais cautelosa e esclarecedora do que venha a ser sinodalidade, tendo por intuito, oferecer uma linha de pensamento mais centrada, não deixando margem a dúvidas e interpretações fora de contexto:

O Documento 62 da CNBB, Missão e ministério dos cristãos leigos e leigas, numa página luminosa, a) adverte que, “embora o Concílio Vaticano tenha lançado as bases para uma compreensão da estrutura social da Igreja como comunhão, essa estrutura continua sendo pensada dentro do binômio clássico ‘hierarquia e laicato’”; b) chama atenção para os limites desse binômio: por um lado, “distingue muito hierarquia e laicato porque não realça suficientemente a unidade batismal, crismal e eucarística que une no mesmo espírito os leigos e os ministros ordenados” (condição e missão comum),

dando a “impressão que hierarquia e laicato não pertencem à mesma comunhão eclesial”; por outro lado, “distingue muito pouco, porque, no interior da comunhão eclesial, destaca apenas duas realidades, deixando na sombra a imensa variedade de carismas, serviços e ministérios que o único Espírito suscita para a vida e a missão da Igreja”; c) recorda que, “desenvolvendo perspectivas já presentes no Concílio, mas ainda não explicitadas, vários teólogos têm proposto pensar a estrutura social da Igreja em termos de ‘comunidade [o que é comum a todos os membros] – carismas e ministérios’ [distinções na Igreja]”; d) e afirma que “esta é a perspectiva do Novo Testamento, onde nunca aparece o termo ‘leigo’ ou ‘leiga’, mas sublinham-se os elementos comuns a todos os cristãos e, ao mesmo tempo, valorizam-se as diferenças carismáticas, ministeriais e de serviços”. (JÚNIOR, 2022, p. 17).

Percebe-se que a CNBB, buscou dar uma compreensão melhor do termo colegialidade, em que faz distinções pontuais no que diz respeito a vida e função dentro da convivência eclesial, em que, enfatiza a diferença entre ministro ordenados e os féis leigos, numa perspectiva de especificidade de carismas da Igreja. Contudo, não tem a função de distinguir de modo extremo uns dos outros, pois, todos estão dentro de uma linha de comunhão eclesial. Assim sendo, o melhor a fazer é melhor se ter um uso do termo de comunidade, pelo fato de se entender que engloba todos em suas funções e carismas variados no corpo da Igreja (CONGAR, 2022).

Na opinião de Aquino Júnior (2022) esse tipo de distinção ajuda no processo de entendimento em que o sentido de sinodalidade pode ter tanto em termos de sínodo como em termos de Igreja sinodal, tendo no próprio Papa Francisco, um porto para o seu entendimento e aplicação, uma vez que essa palavra, se faz presente, em muitos de seus discursos e em seu magistério voltado a dimensão pastoral. Esse tema da Igreja sinodal está dentro d realização da XVI Assembleia Geral ordinária do Sínodo dos bispos de 2023, a qual tem por tema: “Por uma Igreja Sinodal: comunhão e participação e missão” (MORI, 2022). A base do estudo do Sínodo dos Bispos é sem o discurso do Papa Francisco no momento da comemoração dos 50 anos de fundação do Sínodo dos Bispos.

Antes de tudo, é muito importante destacar o sentido e a abrangência da expressão sinodalidade. Francisco fala, aqui, de uma “dimensão constitutiva da Igreja” que oferece o “quadro interpretativo mais apropriado para compreender o próprio ministério hierárquico”. Como bem esclarece a Comissão Teológica Internacional, “a sinodalidade não designa um simples procedimento operativo, mas a forma peculiar na qual a Igreja vive e opera” ou, como afirmava de maneira muito precisa o papa Bento XVI na missa de inauguração da Conferência de Aparecida, a propósito do chamado “Concílio de Jerusalém”, ela é “expressão da própria natureza da Igreja, mistério de comunhão com Cristo no Espírito”. De modo que a “sinodalidade” não pode ser restringida a mero procedimento técnico-operativo. É uma “dimensão constitutiva da Igreja”. Indica a própria “natureza da Igreja” que é mistério de comunhão. Enquanto tal, diz respeito ao povo de Deus na sua totalidade com seus carismas e ministérios. Não pode ser identificada sem mais com a

colegialidade episcopal que é uma expressão da sinodalidade eclesial e um serviço a uma Igreja sinodal. Enquanto a “colegialidade” diz respeito ao ministério dos bispos, a “sinodalidade” diz respeito à totalidade do povo de Deus, isto é, ao “modus vivendi et operandi da Igreja povo de Deus”. Francisco insiste que o próprio “ministério hierárquico” só pode ser adequadamente compreendido a partir e em função de uma “Igreja sinodal” e que, “numa Igreja sinodal, o Sínodo dos Bispos é apenas a manifestação mais evidente dum dinamismo de comunhão que inspira todas as decisões eclesiais”. (JÚNIOR, 2022, p. 18).

Percebe-se que o Papa oferece uma forma interpretativa da palavra sínodo, na qual coloca que é uma forma de própria na qual a Igreja vive e opera. Entendo assim, a condição da Igreja, então assim sendo, o entendimento da sinodalidade não ter foco apenas em termo técnico de ação. Esse termo expressa a questão da essência da Igreja, na dimensão da comunhão. Então ela deve ser entendida no campo da comunhão de todo o povo de Deus, como Também na perspectiva da colegialidade dos bispos. Essas são características de uma igreja sinodal, na qual o Papa Francisco, anda acentua o caráter hierárquico dela.

Todo esse conteúdo aqui exposto, pode ser uma forma indicativa da compreensão dos possíveis temas que podem ser debatidos no Sínodo de 2023, em que mais uma vez os Bispos do mundo inteiro, terão a oportunidade de se encontrar, debater conviver e pensar a nova forma de ação pastoral da Igreja para os anos vindouros. Contudo, a reflexão teológica acerca do Sínodo, está bem ligado ao que fala os documentos conciliares, tendo em vista que:

Francisco retoma e aprofunda a noção conciliar da Igreja como “povo de Deus” (LG 9-17).³² E faz isso, destacando a “verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum de todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo” (LG 32). Dois aspectos são particularmente destacados por ele (JÚNIOR, 2022, p. 19).

Assim sendo, o que se tem como uma visão acerca da sinodalidade é que ela existe para aprofundar a comunhão da Igreja em todos os seus níveis: Povo de Deus, hierarquia, os quais formam o verdadeiro corpo místico de Cristo, presente no mundo. Todos estando em nível de dignidade, estando pertencentes a esfera de vivência, comunhão e participação.

A IGREJA NA AMÉRICA LATINA

A IGREJA LATINO AMERICANA E SUAS EXPRESSÕES DE CRENÇA

A Igreja na América Latina, tem suas especificidades e necessidades pastorais como toda e qualquer instituição religiosa. No entanto, ela começa a ter uma notoriedade maior no começo da década de 1970, momento em que, duas realidades permeiam a sua vivência: as definições pastorais do Concílio Vaticano II, coo por outro lado, a adesão de vários países do continente a uma política

de segurança de Estado, onde os regimes ditatoriais militares estão no centro do comando político dos países latino-americanos. Isso sem falar nas mudanças que aconteciam no continente.

Segundo Martucelli (2022) no continente latino-americano as variedades das evoluções terminaram por se tornar cada vez mais conhecidas, junto com a secularização que já estava em processo, surgindo assim novas leituras dos desencantamentos e do processo, da secularização, da saída da cultura da tradição, em que, a sociedade e a Igreja, passam por novos modelos e formas de viver. Isso se fez muito presente em especial na Igreja, uma vez que aos poucos foi cedendo a atualização de seu modo e cultura.

As leituras que rapidamente aderiram à tese da modernização das crenças religiosas contrariam a realidade regional. No caso latino-americano, vários processos, como mostrou Jean-Pierre Bastien, questionam tais suposições. Primeiro, a ideia de autonomia da sociedade (no que diz respeito à religião). Em segundo lugar, a ideia de privatização: se os indivíduos reconstróem sua fé em um mercado competitivo, transitando às vezes de uma expressão religiosa para outra, o fazem “no âmbito da reconstrução de uma identidade coletiva na qual tentam se inserir aceitando a fusão regulatória de instâncias religiosas”.³ Terceiro, a pluralização: se o indivíduo é responsável por constituir um universo de sentido, nunca é alheio à oferta institucional, inserida nas relações sociais orgânicas (família, bairro, etnia). Por fim, entre muitos fieis, não houve um declínio na prática religiosa, mas uma intensificação da fé (MARTUCELLI, p. 13).

Com o advento da secularização na cultura social, outros aspectos foram também se adequando a nova situação, tanto do ponto de vista religioso, como na vertente regional, assim, a América Latina, existe uma nova forma de relação das pessoas com sua dimensão religiosa: a nova visão de fé, a forma como eles se relaciona com os seus pressupostos de fé, dentro de uma categoria competitiva, no qual se faz uma experiência de trânsito religioso. Outra coisa que marca bem a distinção desse novo jeito de ser e viver na modernidade é justamente o aspecto plural em que a pessoa se encontra em uma variedade de vivências que vão desde a família até a igreja, dentro de uma situação de pluralidade. Diante dessas condições se pode observar um aumento na vivência de fé das pessoas nesse período.

Para Martucelli (2020) para se ter uma compreensão adequada dessas mudanças na visão das crenças religiosas, é necessário antes, se ter uma noção de que se tenha uma liberdade das questões aparentes que fazem uma análise das mudanças como mero efeito da globalização, como resultado do efeito do neoliberalismo do Estados Unidos. Essas mudanças, no entanto, são bem mais que isso. Se bem que, as mudanças promovidas pelo protestantismo americano podem ser bem notáveis na esfera da vida social da América Latina. Mesmo assim, não se pode analisar que as influências tanto protestantes como católicas são fatores decisivos. O entendimento desse fenômeno partindo da crise social, não tem propriedade de elucidação especificamente religioso da resposta religiosa.

Para entender as mudanças, os processos não devem ser considerados opostos (modernidade, tradição); é necessário compreender a complexidade da situação religiosa em curso em termos do que há de novo e o que é continuidade. É levando-se em conta a heterogeneidade dos processos que as mudanças devem ser interpretadas: enfraquecimento da hegemonia da Igreja Católica, alta competição religiosa, importância das conversões, novas manifestações públicas e políticas religiosas (MARTUCELLI, 2022 p. 13-14).

As mudanças que são colocadas aqui, são de ordem institucional e também estão dentro do aspecto da tradição. A igreja, os bispos, devem ter a capacidade poder trabalhar em prol de um avanço a continuidade da vida da Igreja, e isso se faz, no momento em que se toma consciência das atualidades, levando em conta o atual contexto.

Segundo Martucelli (2022) destaca que o multissecularíssimo é o que caracteriza o sincretismo existente na América Latina, que vem desde o tempo da colonização, período no qual acontecem os processos de aculturação. Analisando esse fenômeno as ciências sociais junto com a historiografia, fazem uma documentação diversificada, nas quais são articulados variados mitos, tradições e por esse caminho, formulam rituais, os quais se configuram como forma de sobrevivência dessas expressões de fé antigas.

Essas práticas deram origem a várias controvérsias. Seriam as crenças e práticas de religiosidade popular o sinal de uma cultura pré-moderna e da sobrevivência de práticas “bárbaras” ou “primitivas”? Eram um resíduo de formas pré-iluministas condenadas à extinção diante do inevitável avanço do processo de secularização? A expressão irreduzível de uma piedade popular ativa, massiva e oculta por trás das práticas sacramentais emolduradas pelas instituições católicas? A marca de um substrato identitário latino-americano, associado ao barroco, à festa, ao ritual e à oralidade, a uma cultura popular – autêntica contracultura – oposta à cultura racionalizadora e iluminada das elites? O sincretismo religioso foi um fator a serviço da ordem social conservadora ou um vetor de protesto popular? É uma característica exclusiva da religiosidade popular ou também inclui formas presentes nas elites latino-americanas, como o “tradicionalismo ideológico”, estudado por Gino Gemani, no qual elites aderiram à cultura tecnológica moderna, mas rejeitaram seus conteúdos educacionais ou religiosos (MARTUCELLI, 2020, p. 14-15).

Percebe-se que as práticas devocionais, são um meio em que as pessoas demonstram sua fé, sem estarem ligadas a igreja de forma oficial. Diante disso, o sincretismo religioso se faz presente no cerne dessa devoção popular, que mesmo com uma visão dúbia, se percebe que esteve mais a serviço da tradição da religiosidade popular.

TRADIÇÃO, DEVOÇÃO E RELIGIOSIDADE

A Igreja tem suas regras e tradições que conduzem a sua dimensão espiritual. Muitas dessas tradições nascem com a devoção popular e aos poucos, vão sendo admitidas pela igreja de forma oficial, contudo, existe também a devoção popular, que por sua vez, não nasce e nem se encontra atrelada a esfera da Igreja oficial e não carece necessariamente do reconhecimento oficial dessa. Ela nasce e se expande dentro da fé do povo da comunidade que vê numa pessoa bendita ou de um algum evento de caráter religioso, um fator positivo para a nascente dessa devoção.

Na opinião de Martucelli (2020) mesmo com grande variedade de práticas e modelos, o cerne da religiosidade popular está geralmente o ofício de mediador(a) conferido a Maria mãe de Jesus, bem como aos demais santos, e as almas benfazejas, e junto a isso, a rogativa as imagens no cotidiano e liturgias de cura (NUNES, 2022). Neste sentido, se percebe que existe algo mais além o espiritual e o profano, o pessoal e comunitário, se percebe que a base se dá no nível de arcabouços de filiação. No continente latino-americano, se percebe essa inclinação para uma fé de caráter individualista, a qual não deve ser rebatida para sua inclusão comunitária.

Continuando a reflexão de Martucelli, a religiosidade popular, não é e nunca foi homogênea (COUTO, 2021). A própria devoção e culto aos santos locais demonstram bem essa realidade, na qual se dá certa continuação com a sociedade rural, de acordo com a gênese dos migrantes e mesmo entre seus descendentes, consente configurar as manifestações comunitárias, por meio de celebrações independentes, em paralelo com as religiões oficiais, que por sua vez, questionam por meio da religiosidade afro-ameríndia ou pré-colombiana.

A religião popular sempre envolveu a festa, o corpóreo, o efusivo, o comércio com os poderes sobrenaturais, o bem-estar intramundano, sem nunca de fato negar ou questionar a transcendência. Em muitos estudos sobre religiosidade popular, tem-se insistido com razão na importância da sensibilidade: o sentir prima, mais do que se opõe, ao racional; a fé se define mais pelo pathos do que por uma visão intelectualista; o que dá forma a um vitalismo particular de forças e almas.

O importante é reconhecer e compreender o sincretismo como um conjunto díspar de práticas, rituais e crenças que mobilizam, em geral sequencialmente, diferentes agentes religiosos ou mediadores espirituais (sacerdotes, pastores, feiticeiros, xamãs, benzedeiros, curandeiros), cada qual participando, à sua maneira, em um processo de cura, devoção, purificação, luta contra a feitiçaria ou o “mal olhado”, uma maneira de solicitar a intermediação de um santo ou expulsar de um corpo uma alma ruim, demônio ou espírito maligno para poder curar (MARTUCELLI, p. 16-17).

A religiosidade tem sido uma forma de que o povo possa viver e celebrar sua fé dentro de um viés pelo qual, as pessoas buscam esse contato pessoal com suas crenças e bases de fé. Neste sentido, existe uma busca pelo bem-estar nesse mundo, sem se negar a dimensão religiosa, ou sagrado presente

nela. Por essa razão, os estudiosos fazem uma ênfase na dimensão do sentir, em que essa se dá por meio de uma vivência experiencial e não pela intelectualidade, ou conhecimento profundo.

O que se pode ter como importante dentro dessa análise, é entender é o que o próprio sincretismo tem suas próprias formas de expressão das religiosidades que permeiam o arcabouço e movimentam diversos mediadores da relação com o sagrado, que vão desde padres a pais de santo. Esses têm uma função de conduzir, nutrir e orientar as pessoas dentro do viés das crenças e da devoção popular, em que cada um dos personagens atua ao seu modo, no processo de religiosidade e cura das pessoas.

Esse tipo de ação faz com que as pessoas que não possuem uma vinculação com a esfera da instituição Igreja, tenham a oportunidade de estarem fazendo experiências pessoas do sagrado no seu cotidiano (IAMAMOTO,2022). Contudo, esse tipo de ação tem dois polos: o primeiro de um distanciamento da fé e dos costumes oficiais da Igreja no que diz respeito a vivência eclesial e pastoral. Por outro lado, reforça a dimensão da fé que brota do dia a dia da comunidade, em que, as práticas, crenças e devoções, estão no cerne da espiritualidade.

A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A ESPIRITUALIDADE POPULAR

A Teologia da Libertação tem sua gênese no continente latino-americano na década de 1960, ganhou amplitude no período, sobretudo por estar ao lado dos mais pobres e explorados do continente. Essa opção se dá justamente no tempo em que a América em sua quase totalidade se encontrava sobre o regime político de governos militares, os quais governavam com braço forte todo o seu povo. Esse governo político no continente, tinha como pano de fundo uma vivência bastante antagônica: os ricos estavam ficando sempre mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Mas o que venha a ser Teologia da Libertação e qual a sua função no âmbito eclesial? O que reflete esse Teologia e qual o seu discurso junto aos fiéis e a Igreja no continente latino-americano? Essas são indagações que devem ser respondidas para se ter um entendimento mais adequado e profundo dessa forma de fazer Teologia.

Para se responder a essa questão se faz pertinente a opinião de Leonardo Boff citado por Löwy, (2016, p. 74-75), o qual coloca que:

[...] a Teologia da Libertação é, ao mesmo tempo, reflexo da práxis anterior e uma reflexão sobre essa práxis. Mais precisamente, é a expressão de um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 1960, bem antes dos novos escritos teológicos. Esse movimento envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), bem

como várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs; clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses ou trabalhadores etc. Sem a existência desse movimento social não poderíamos entender fenômenos sociais e históricos de tal importância como a emergência do novo movimento operário no Brasil e o surgimento da revolução na América Central (bem como, em épocas recentes, Chiapas).

A resposta que Leonardo Boff, fornece nos faz refletir que a Teologia da Libertação é um pensamento, uma forma de pensar a Teologia que nasce claro, no seio eclesial, mas que se faz presente em muitos setores da igreja no período, como também em algumas esferas sociais e movimentos, que dão corpo a essa proposta de fazer a Igreja e sua ação pastoral junto as pessoas. Vale lembrar que esse movimento teológico é fruto de uma ação de toda a América Latina, não é um movimento isolado, mas sim, um movimento presente na quase totalidade do continente.

Segundo Löwy (2016) o termo Teologia da Libertação tem um significado de movimento sócio religioso, no entanto, ele é bem mais abrangente, uma vez que ele nasce anos antes do que se entenda como nova teologia, com ativistas que no quadro geral, não estudam teologia, nem são teólogos. Por essa razão, o termo não é visto como adequado. Outra coisa que se pode falar do termo é que é denominado de Igreja dos pobres. Mais uma vez, o termo não é adequado, por se entender que, ele está além dos limites da instituição eclesial. Por esse motivo, o termo mais adequado seria o de “Cristianismo da Libertação” porque se entender que esse seja uma terminação que vai além do sentido da Teologia, bem como da esfera de Igreja, uma vez que esse pode atrelar a dimensão da cultura e da rede social, bem como a prática de vivência da fé.

Essa grande variedade é o que caracteriza o movimento da Teologia da Libertação, movimento o qual se encontra bastante preterido pela Sé romana que historicamente, não vê como bons olhos a sua abordagem sociorreligiosa:

O Cristianismo da Libertação é combatido fortemente pelo Vaticano e pelo órgão regulamentador da hierarquia da Igreja Latina – o CELAM (Conselho dos Bispos Latino-Americanos), dirigido desde o início dos anos 1970 pela ala conservadora da Igreja. Poderíamos então dizer que há uma “luta de classes dentro da Igreja?”. Sim e não. Sim, na medida em que certas posições correspondem aos interesses das elites dominantes e outras aos dos oprimidos. E não, na medida em que bispos, jesuítas ou padres que chefiam a “Igreja dos Pobres” não são, eles próprios, pobres. Sua dedicação à causa dos explorados tem como motivo razões espirituais e morais inspiradas pela cultura religiosa, pela fé cristã e pela tradição católica. Além disso, essa dimensão moral e religiosa é um fator essencial na motivação de milhares de ativistas cristãos nos sindicatos, nas associações de moradores, nas comunidades de base e nas frentes revolucionárias. Os próprios pobres se conscientizam de sua condição e se organizam para lutar como cristãos que pertencem a uma Igreja e são inspirados por uma fé (LÖWY 2016, p. 75-76).

Como se pode perceber, o cristianismo da libertação sempre foi algo que foi interpelado pelo Vaticano de forma que, outras instâncias conservadoras do continente, sempre tiveram um certo

encalço a essa de viver do Cristianismo. Contudo, essa relação pode ser vista de duas formas. A primeira que sim, existe esse tipo de perseguição, quando os detentores do poder exercem sua influência e do outro lado, quando se tem uma opção pelos que são explorados pelo sistema da elite dominante.

Nesse caso, o Cristianismo da Libertação tem uma causa maior, que é justamente uma causa espiritual e moral, que é trabalhar em prol da melhoria de vida de muitas pessoas, estejam elas nos diversos lugares de atuação social. Essa luta, tem como inspiração a pertença eclesial e a fé que essas pessoas depositam uma causa social e religiosa.

Segundo Löwy (2016) A Teologia da Libertação está centrada numa discussão que tem como base sua não o discurso social e político, mas sim, ser uma reflexão tanto teológica como social. Esse tipo de reflexão, faz com que se tenha uma visão de como se ter um olhar de fé para a vida do povo menos favorecido. Compete assim a Teologia da Libertação, celebrar a vida e graça da salvação vinda de Deus.

A primeira tarefa da Igreja é celebrar, com alegria, a dádiva da ação redentora de Deus na humanidade, que realizou-se através da morte e da ressurreição de Cristo. É a Eucaristia, memorial e ação de graças. Memorial para Cristo que supõe uma aceitação sempre renovada do significado da vida: a dádiva total para os demais (GUTIERREZ apud LÖWY, 2016, p. 75-76).

Dante do exposto, o que se pode perceber é que a salvação divina se concretizou na humanidade por meio da ação salvífica de Deus, por meio da morte e ressurreição de seu Filho Jesus Cristo. A celebração da eucaristia, é justamente uma celebração de memória e ação de graças que vem cotidiana, ser meio de devoção e piedade, a qual tem um sentido de renovação para a vida de vida.

Na opinião de Löwy (2016) a mudança profunda com relação ao entendimento dessa dádiva é justamente a forma como ela é interpretada. No caso da elaboração do resumo do que vinha a ser a Teologia da Libertação, se poderia resumi-la na seguinte no seguinte termo: a opção pelos pobres. Essa determinação vem de modo especial da Conferência Episcopal Latino-Americana de Puebla em 1979. Na ótica dessa nova forma de pensar a Teologia, os pobres são os principais agente de sua transformação social, bem como de serem agentes de sua história e não somente um viés de piedade e devoção.

O que a Teologia da Libertação faz nesse sentido, é fazer um reconhecimento da dignidade humana, em especial presente nos pobres, no qual se tem a missão religiosa e histórica que foi confiada ao Cristianismo da libertação, que por sua vez, se caracteriza em uma das razões para seu bom sucedimento em alguns países do continente, em levantar o apoio aos menos favorecidos.

Por essa razão se tem alguns pontos que o Cristianismo da Libertação coloca como base de sua ação teológica e pastoral:

1. A luta contra a idolatria (não o ateísmo) como inimigo principal da religião, isto é, contra os novos ídolos da morte adorados pelos novos Faraós, pelos novos Césares e pelos novos Herodes: Bens Materiais, Riqueza, o Mercado, a Segurança Nacional, o Estado, a Força Militar, a “Civilização Ocidental Cristã”. 2. Libertação humana histórica como a antecipação da salvação final em Cristo, o Reino de Deus. 3. Uma crítica da teologia dualista tradicional, como produto da filosofia grega de Platão, e não da tradição bíblica na qual a história humana e a história divina são diferentes, mais inseparáveis. 4. Uma nova leitura da Bíblia, que dá uma atenção significativa a passagens tais como a do Êxodo, que é vista como paradigma de luta de um povo escravizado por sua libertação. 5. Uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo, como uma forma de pecado estrutural. 6. O uso do marxismo como instrumento socioanalítico a fim de entender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classe. 7. A opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta pela autolibertação. 8. O desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e como alternativa para o modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista. LÖWY, 2016, p. 77).

Como se pode perceber o movimento do Cristianismo da Libertação tem suas linhas de ação as quais, norteiam a forma de como agir, em que vão desde a luta contra a idolatria, a libertação do ser humano na história, a crítica da Teologia dualista tradicional, a leitura da Bíblia com olhares libertadores, em especial no evento do Êxodo, que confere a libertação do povo da opressão, um forte paradigma moral que faz com que se tenha uma visão crítica do capitalismo excludente. O uso do marxismo como meio analítico e social para se ter o conhecimento mais profundo das causas da pobreza, a opção pelos pobres, bem como a fomentação de comunidades de bases cristãs nomeio dos pobres na condição de Igreja alternativa que se contrapõe ao modelo do individualismo capitalista.

Esse tipo de análise faz com que se tenha uma visão de viés que colabora para uma ótica de crítica a condição ou situação política, que deve estar a serviço das necessidades dos membros da sociedade em especial os mais pobres. Por essa razão, a politização é um dos caminhos pelos quais a Teologia da Libertação, oferece um Cristianismo, que busca as raízes dos problemas sociais e demonstra algumas formas para resolvê-lo, tendo como inspiração Jesus Cristo e sua ação evangelizadora nos primórdios da pregação do evangelho para o povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sínodo dos bispos é uma reunião importante para a vida da Igreja uma vez que é por meio dele que as decisões eclesiais e pastorais são tomadas em conjunto, tendo como meta anunciar melhor o evangelho para os povos, dentro de sua cultura e características próprias. Pois, entende-se que a Igreja deve ter essa visão dinâmica e ao mesmo tempo de interligação entre as Igrejas que podem trabalhar numa perspectiva de colegialidade em especial na Igreja da América Latina.

O Sínodo da Igreja apesar de ser um termo mais recente, ele se faz presente no contexto histórico da Igreja cristã desde a comunidade apostólica, na qual os apóstolos no Concílio de Jerusalém, tiveram a oportunidade de reunir todos os líderes do Cristianismo nascente, para debater sobre as necessidades e prioridades da evangelização da época.

O continente latino-americano é fonte de uma diversidade em termos de religiosidade. Essa religiosidade está centrada no contexto vital de cada um de seus povos e perfazem a cultura e modo de ser e viver as crenças e místicas. A crença tem uma vivência dinâmica individualista, em que as pessoas se colocam dentro de um plano místico pessoal, muito embora se tenha a disposição do convívio comunitário.

Essa religiosidade particular se funda com eventos locais, em que os devotos, fazem um processo de construção da devoção ou crença local, mediante a um evento, em que se tem uma experiência sobrenatural e por meio desta fazem orações, rezas e místicas que aos poucos vai sendo aprofundado, mais bem elaborado e vivido no âmbito da comunidade.

A tradição e a devoção é algo bastante presente na caminhada de fé dos povos da América Latina, em que se pode perceber a adesão de vários grupos que se colocam nessa condição de serem pessoas que demonstram sua fé baseada na instituição, mas também se pode observar uma devoção popular que permeia a vida desses povos, onde diante do fenômeno místico da localidade, fazem suas crenças particulares e comunitárias como modelo de vivência sociorreligiosa.

A Teologia da Libertação é um movimento nascido no seio da Igreja católica na América latina, se configurando numa das facetas de demonstração de fé que permeia o continente latino-americano, em especial pela sua ação pragmática de unir a fé a ação, em busca da justiça social, tendo o mens favorecido como destinatário especial da salvação de Deus.

Assim pode-se concluir que: a sinodalidade é algo presente na Igreja desde os primórdios do Cristianismo, em que a sua função sempre foi de fazer a ordem da igreja em seu processo de atuação tanto social como religioso, buscando entender a realidade da comunidade e tecer novos meios de atuação. A crença é uma realidade presente nos povos latino-americanos e permeia a dimensão religiosa no dia dos homens e mulheres da América Latina. O Cristianismo da Libertação é uma forma de refletir a religião cristã, com um viés crítico na dimensão social e espiritual, enfatizando a preferência aos pobres como destinatário preferencial da salvação de Deus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO JÚNIOR, Francisco de Aquino. Sinodalidade como dimensão constitutiva da Igreja – retomando e aprofundando a eclesiologia conciliar. REB, Petrópolis, volume 82, número 321, p. 8-23, Jan./Abr. 2022

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante**. Editora Vozes, 2022.

COUTO, Fausta Porto et al. Experiências sociais sobre as políticas de inserção vividas por estudantes no departamento de educação campus Guanambi da Universidade do Estado da Bahia: acesso, permanência e das ações afirmativas. 2021.

CONGAR, Yves. **Revelação e experiência do Espírito**. Paulinas, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. Cortez Editora, 2022.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação** – religião e política na América Latina. 2. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo : Expressão Popular, 2016.

MARTUCELLI, Danilo. Religião, democracia e escola na era das convicções pessoais. In SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. **Religião, democracia e educação no Brasil**. 1ª ed, São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2022

MORI, Geraldo de. **Discernir a pastoral em tempos de crise:: Realidade, desafios, tarefas**. Paulinas, 2022.

NUNES, César. **Aprendendo filosofia**. Papyrus Editora, 2022.

SOUZA, Ney. Dimensões históricas da sinodalidade. In JÚNIOR, Francisco de Aquino; PASSOS, João Décio (org.) **Por uma Igreja sinodal** – reflexões teológico-pastorais. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 2022. p. 22-43